Revista de Estudos Curriculares, n.º 12, vol. 1, 2021
Currículo, Educação e Cidadania Global Criativa [número temático]

MEDIAÇÃO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA: UMA TRÍADE INDISSOCIÁVEL

Patrícia Guiomar[1]

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DO MINHO

RESUMO

O desenvolvimento humano reclama diariamente a organização de um espaço educativo, de participação social autêntica e aprendizagens incessantes. A partilha, o respeito e a compreensão mútua são condições inerentes a esse espaço, possibilitando (re)conhecimentos intrínsecos e interdependentes capazes de enriquecer verdadeiramente os indivíduos e prepará-los para integrar, de forma plena, uma sociedade que se declara explicitamente mais complexa e globalizada. Importa, nesse sentido, elevar os valores da Cidadania e apadrinhar nas nossas vidas, nas relações que construímos e nos contextos que frequentamos, reflexões críticas e criativas, com impactos inclusivos, construtivos e sustentáveis. Por acreditar que essa Cidadania ativa e imperativa é impulsionada pela Educação e fortalecida pela Mediação, conecto-as numa tríade indissociável. Por um lado, a Educação, como espaço formal e não formal de aprendizagem ao longo da vida, alimenta no indivíduo o direito e o dever de participação ativa no exercício comum das práticas sociais. Por outro, a Mediação, como espaço socioeducativo de envolvimento e emancipação, apoia na construção de diálogos positivos, críticos e criativos de (re)conhecimento, (re)valorização e (trans)formação de formas de ser, estar e agir.

Conservamos nesta reflexão teórica o impacto que, de mãos dadas, a Mediação, a Educação e a Cidadania geram no exercício pleno e efetivo de uma Cidadania Global Criativa, capaz de garantir e salvaguardar a qualidade e a dignidade de vida das pessoas, das suas relações e dos contextos que integram.

Palavras-chave: Cidadania; Educação; Mediação

[1] patricia.guiomar@hotmail.com

Introdução

Algo que me parece ser uma das caraterísticas distintivas do século XXI, ou, melhor dizendo, do ser humano, é a capacidade exclusiva de transformação contínua e progresso constante. Os últimos 20 anos têm condensado o alcance de inúmeras e significativas realizações humanas e tecnológicas que enaltecem e particularizam os atributos do ser humano no seio de outras tantas espécies. No entanto, em simultâneo às inúmeras conquistas destemidas e significantes, surgem imensuráveis infortúnios e adversidades com consequências drasticamente negativas na vida do ser humano. Presenciamos, diariamente, desigualdades sociais atentatórias à dignidade humana, antagonismos interpessoais, internacionais e mundiais absolutamente desrespeitosos, e, agora, resultado de uma pandemia mundial, sobreposições dos interesses individuais em detrimento do bem-estar coletivo. Feitos que me desconsolam e entristecem enquanto ser humano.

Perante este cenário, considero ser necessário e premente realinhar as finalidades e o propósito do indivíduo na sociedade contemporânea do século XXI, sendo para isso prioritário enaltecer, agora, mais do que nunca, o valor da Educação, da Cidadania e da Mediação na tomada de consciência e desenvolvimento de sociedades inclusivas, respeitadoras, educativas, positivas e verdadeiramente dignificadoras da humanidade. A Educação, por um lado, como espaço educativo de desenvolvimento, possibilita, favorece e prepara espaços de envolvimento ativo dos indivíduos para que estes integrem em plenitude as diferentes realidades e práticas sociais. Para compreender melhor esta pertinência organizamos um espaço de reflexão em torno da Educação e da importância do currículo se manter atento e ativo às exigências e necessidades vividas no século XXI, não só na escola, mas nos mais diversos contextos educativos. Por outro lado, a Cidadania, como o conjunto de direitos e deveres, garante que um indivíduo possa participar de forma autêntica e ativa na vida em sociedade. Ao longo do texto, destacamos, por isso, a pertinência dos indivíduos tomarem consciência do papel da Cidadania nas suas vidas e de que forma essa tomada de consciência é resultado do envolvimento inteiro na e com os pressupostos da Educação. Por fim, a Mediação, não só como método alternativo de resolução de conflitos, surge também com impactos significativos no ser humano por permitir que estes façam parte de espaços socioeducativos de capacitação e (trans)formação ativa e construtiva. Organizamos, por isso, um lugar especial para a compreensão das potencialidades criativas da Mediação e o seu contributo para a ampliação dos valores associados à Educação e à Cidadania. As três, aliadas, contribuem para que seja possível (cor)responder aos desafios da sociedade global atual e possibilitar a transformação de contextos, relações e pessoas no sentido de os/as tornar responsáveis, autónomas, sustentáveis, solidárias, críticas e reflexivas.

A reflexão que proponho apresenta um estudo teórico e conceitual que faz emergir questões pertinentes e prementes para a reflexão sobre a realidade atual em torno do exercício

da Cidadania e da importância da Educação e da Mediação para o seu autêntico alcance. Quem sabe, as reflexões propostas nesta redação impulsionem novas reflexões sobre a temática e sustentem (re)formulações de práxis.

1. Ser(mos) Cidadã/o(s): a Cidadania no século XXI

A Cidadania assume-se como um conceito com notoriedade expressiva no século XXI, resultado da frequência com que, comummente, surge na linguagem do nosso dia-a-dia nos mais diversos contextos. No entanto, tal como afirma Gonçalves (2012, p. 15), este não é um conceito simples e a sua compreensão conceptual, em momento algum, efetiva a sua aplicabilidade prática em circunstâncias reais de (con)vivência:

> Conceitos como o de Cidadania e conceitos compostos como o de Cidadania global são usados com relativa frequência e tornaram-se comuns no léxico da Educação superior. Criou-se, por isso, a expectativa de que facilmente serão compreendidos, transformados em padrões comportamentais e enraizados em práticas cívicas. No entanto, a aparente vulgaridade dos conceitos induz em erro. Na verdade, não se trata de conceitos simples, a sua transferibilidade do domínio conceptual para o domínio da prática não é fácil e muito menos é garantida só porque os conceitos foram compreendidos intelectualmente.

Então, o que é necessário fazer para que consigamos, de facto, exercer na prática a Cidadania de que todos falam? Numa primeira instância, é necessário compreender o nosso papel na sociedade. Fazer parte de uma sociedade não significa apenas ser um indivíduo com direitos que, livremente, pode circular, partilhar informações, exprimir a sua personalidade, os seus ideais e as suas formas de estar, ver e viver a vida. Para que seja possível viver em sociedade é necessário reconhecer e aceitar positivamente as diferenças religiosas, étnicas, culturais, políticas, educativas, sociais, físicas e morais de um todo coletivo. Para integrarmos de forma autêntica esse todo, é premente reconhecermos que para além da possibilidade de nós próprios podermos exprimir quem somos, o que precisamos e em que é que acreditamos, é indiscutível permitir que o outro também tenha espaço para o fazer. Os nossos direitos andam, por isso, de mãos dadas com os nossos deveres. A simbiose entre estes dois garante o nosso estatuto enquanto cidadã/o:

> Hoje, o cidadão é, antes de mais nada, um ser social que se relaciona com o Estado através do pagamento atempado dos impostos, do uso dos serviços públicos, da utilização da Segurança Social, do cumprimento da lei, do respeito pela autoridade e da obrigação de preservar o ambiente e de respeitar regras de tolerância e de cortesia no relacionamento com os outros cidadãos. (...) Não se deve encarar a

> Cidadania como um ato isolado e teórico e sim como um conjunto de manifestações concretas, que vão da solidariedade à tolerância, passando pelo respeito de tudo o que sendo diferente, sustenta a diversidade e a pluralidade da própria vida e da democracia (Letria & Letria, 2003, s.p.).

O/a cidadã/o do século XXI emerge, por isso, da relação com outro e é nessa interação interpessoal contínua, positiva e respeitadora que se emancipam e constroem identidades individuais e coletivas (Santos, 2012). Participar de forma consciente e responsável na vida coletiva; acompanhar a evolução e as transformações sociais; refletir critica e construtivamente sobre o meio envolvente; conhecer o sistema político e participar nele de forma democrática e ativa; conhecer as realidades sociais e valorizá-las nas suas pluralidades são algumas das muitas práticas que nos permitem constituir e integrar, na qualidade de cidadã/o, uma Cidadania global criativa (Lopes & Vicente, 2014). A Cidadania é, por isso, um processo participado que possibilita que os indivíduos se relacionem, entreajudem, motivem mutuamente e se sintam incluídos e pertencentes a um todo:

> A Cidadania é um processo e o exercício pelo qual as pessoas partilham valores e normas de comportamento que possibilitam o relacionamento e a identidade coletiva. O exercício de Cidadania é não apenas um direito em si mesmo que contribui para o bem-estar de uma sociedade, mas permite também garantir que os objetivos, as necessidades e os interesses dos/as diversos/as cidadãos/ãs (especialmente dos/as mais desfavorecidos/as) sejam adequadamente representados/as nas decisões políticas. A Cidadania expressa assim a igualdade dos indivíduos perante a lei e a pertença a uma sociedade organizada (Lopes & Vicente, 2014, p. 16).

A Cidadania pode ser promovida e reconhecida em quatro dimensões, essenciais para a sua subsistência. O seu reconhecimento *político* surge nos últimos 20/25 anos, possibilitando, por um lado, uma consciencialização sobre conceitos, estruturas e tomadas de decisão políticas e, por outro, permitindo que, com base em valores democráticos e humanos, participemos nelas de forma autêntica, justa e responsabilizada:

> Fala-se cada vez mais de Cidadania porque se tem noção de que a política está a atravessar um período de crise. No fundo, apela-se aos indivíduos para serem cada vez mais cidadãos como forma de se fortalecer aquilo que é conhecido como <sociedade civil>, ou seja, o conjunto dos cidadãos que mesmo sem intervirem diretamente nas questões políticas, a não ser pelo voto, são o verdadeiro suporte da vida democrática (Letria & Letria, 2003, s.p.).

Ao nível *social*, como já referido anteriormente, a Cidadania manifesta-se a partir dos comportamentos solidários dos cidadãos, por meio, por exemplo, do combate à exclusão social e da luta pela igualdade no trabalho, na saúde e na Educação (Lopes & Vicente, 2014). *Culturalmente*, a Cidadania permite que os indivíduos desenvolvem a sua literacia e tomem consciência, de forma crítica e responsável, das suas heranças e tradições culturais, bem como das suas evoluções e transformações (Lopes & Vicente, 2014). Na dimensão *económica*, a Cidadania possibilita que os indivíduos se relacionem mais ativa e participativa com o mercado de trabalho, na medida em que, facilita a formação profissional, a integração de grupos minoritários e a cooperação internacional, europeia e global para o combate aos desafios mundiais (individuais, coletivos, ambientais, etc).

São muitas as organizações e os contextos que, ao longo dos últimos anos, têm trabalhado para cimentar e garantir o exercício pleno e verdadeiro da Cidadania como forma de ultrapassar desafios globais e garantir a qualidade de vida e o bem-estar de todos os indivíduos. Acreditamos que, este trabalho contínuo de (re)conhecimento, consolidação e aplicabilidade prática da Cidadania é potenciado pela Educação, não como processo de ensino-aprendizagem, mas muito além do que os contextos escolares consignados a abordagens formais permitem alcançar. Colocamos, por isso, uma nova questão: Como pode a Educação contribuir para alcançar a Cidadania de que todos falam?

2. A relação indiscutível entre a Educação e a Cidadania

Circunscrever a Educação, única e exclusivamente, ao contexto escolar é um dos maiores erros que a sociedade pode cometer. Uma conceção de Educação que tende a organizar esforços para satisfazer as necessidades e exigências económicas, preparando os indivíduos para integrar o mercado de trabalho, não contribui para dignificar os valores fundamentais da Educação e, como se prevê que aconteça, promover espaços dignos de Educação e conhecimento, desenvolvimento do pensamento crítico e capacitação individual e coletiva (Antunes, 2007). Para ser possível, então, compreender como pode a Educação contribuir para este desenvolvimento contínuo e alcançar a Cidadania, é necessário ampliá-la muito além da sua dimensão formal, consignada a um local e/ou instituição específica para o efeito. É emergente e, por isso trago para discussão, valorizar a Educação como uma oportunidade para, em qualquer fase da vida e em qualquer lugar, o indivíduo aprender, enquanto cidadão ativo, a desenvolver, continuamente, o pensamento crítico e a participar de forma autêntica na vida em sociedade com vista ao seu crescimento pessoal, inter-relacional, social e profissional. Devemos, nesse sentido, repensar continuamente o papel da Educação e associá-lo, sempre que possível, a quadros representacionais atuais, centrados na inclusão e desenvolvimento integral de todos os indivíduos:

> É necessária uma mudança fundamental na maneira como pensamos o papel da Educação no desenvolvimento global, porque ela tem um efeito catalisador sobre o bem-estar das pessoas e para o futuro do nosso planeta [...]. Agora, mais do que nunca, a Educação tem a responsabilidade de se alinhar com os desafios e aspirações do século XXI, e promover os tipos certos de valores e habilidades que irão permitir um crescimento sustentável e inclusivo, e uma convivência pacífica (UNESCO, 2017, p. 7).

Hoje, mais do que nunca, a Educação é um processo permanente e abrangente na vida das pessoas, não se limitando apenas à instrução e transmissão de informação num contexto específico para um propósito particular, mas relacionando-se, também, com questões de participação ativa, autonomia, reflexão crítica e construtiva, pensamento democrático e pluralista, aberto ao diálogo e à (trans)formação progressiva:

> 4 – O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.
> 5- A Educação promove o desenvolvimento do espírito democrática e pluralista, respeitador dos outros e das duas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, artigo 2.º, p. 3068).

A realidade educativa é, portanto, complexa e diversificada, mas essencial para o desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades. Por seu meio, é possível, sem exceção, expor e reforçar as potencialidades de todos os indivíduos e motivá-los a responsabilizar-se individual e coletivamente em projetos de vida dignificadores e construtivos. A Educação surge, assim, como trunfo indispensável para que a humanidade tenha possibilidade de se desenvolver, progredir e consolidar com base em princípios democráticos e pacíficos, baseados na liberdade e na justiça social (UNESCO, 2017).

A Educação, surge assim, no século XXI, associada a valores educativos flexíveis, diversificados e acessíveis no tempo e no espaço (UNESCO, 2017). É expectável que a Educação contribua para o desenvolvimento do desejo de (con)viver, elemento básico da coesão social e da construção de uma identidade individual e coletiva; incentive a prática de participação democrática; compatibilize os indivíduos com a sociedade da informação, bem como com as potencialidades e aos riscos a esta associados; garanta o enriquecimento coletivo e mútuo dos saberes, adaptados às exigências do nosso tempo; contribua para eliminar discriminações e

divergências; e, no seio de outras tantas prioridades, promova espaços autênticos de exercício de direitos e deveres. A ideia de Educação associa-se, assim, não só às adaptações, mudanças e (trans)formações profissionais, mas também à construção contínua de nós próprios, do meio que nos envolve e das nossas relações.

Educar para uma vida harmoniosa, plena e solidária em sociedade é, portanto, investir na Cidadania para que seja possível exercê-la de forma ativa, global e democrática. A Educação e a Cidadania, de mãos dadas, comprometem-se, diariamente, em potenciar diálogos, participações responsáveis e reflexões críticas e conscientes em torno dos mais variados saberes (Santos, 2012). É essencial que a Educação nos permita não só aprender conceptualmente a Cidadania, como nos possibilite colocá-la em prática: "Os saberes não bastam, é preciso aprender a servir-se destes para afrontar a complexidade do mundo e tomar decisões e, portanto, efetuar a sua transferência, a sua mobilização, a sua contextualização de forma tão pertinentes quanto a sua assimilação" (Perrenoud, 2002, p. 20).

Neste cenário, a escola tem assumido, desde 2016, um papel relevante na Educação para a Cidadania como forma de contribuir que os alunos sejam rebuscados com um conjunto de competências e capacidades que os possibilite participar ativa, ponderada, solidária e responsavelmente na vida em sociedade, não só no presente, mas, fundamentalmente, para alcançarem impactos positivos e significativos no seu futuro:

> A Cidadania, na sua conceção mais ampla, integra um conjunto de direitos e deveres que devem ser vinculados na formação das crianças e jovens portugueses de modo que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de valores e conceito de Cidadania nacional (Despacho n.º 6173/2016, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania).

Neste sentido, os contextos escolares têm encontrado espaço para acompanhar as exigências do século XXI e, por meio da Educação para a Cidadania, têm criado condições para que o aluno faça uma leitura atenta e crítica da sociedade que integra para que nela possa participar, cooperar, partilhar recursos e negociar de forma democrática:

> A Educação para a Cidadania não se concretiza através de um discurso, de uma retórica em torno de valores e/ou virtudes, mas através de experiências de vida, sendo, por isso, mais uma prática do que um discurso, mais uma ação/reflexão do que conteúdo e/ou informação; e deve ser promovida por várias instituições – não só escola – e ao longo de todo o percurso educativo (Pratas, 2012, pp. 73-74).

Retrato, a título exemplificativo um projeto educativo que tive a oportunidade de desenvolver em 7 escolas de braga, públicas, privadas e profissionais, como voluntária, numa Organização Não-Governamental, no Norte de Portugal. O projeto, teve como objetivo central promover a Educação e a sensibilização de jovens em idade escolar para temáticas de relevo social atual, nomeadamente, para a igualdade de género, a violência no namoro e o tráfico de seres humanos. O projeto envolveu a criação, desenvolvimento e implementação de um jogo de tabuleiro cooperativo por parte da equipa de voluntários, com aplicabilidade prática junto de mais de 162 jovens. O jogo de tabuleiro foi aplicado em pequenos grupos dentro das turmas de alunos e foram lançados alguns desafios/missões que estes deveriam completar em cooperação. Apesar de jogarem individualmente, a missão do jogo só era concluída se todos colaborassem ativamente na sua concretização. No final de cada uma das sessões de jogo (foram quatro no total), era dinamizado um *debriefing* capaz de suscitar reflexões sobre os comportamentos adotados durante o jogo e contribuir para os reajustar nas sessões seguintes. Este processo de comunicação, reflexão e diálogo final, foi significativo para que os participantes refletissem sobre as suas atitudes no jogo e adotassem novas ações em torno das exigências do jogo e da vida real (uma vez que o jogo simulava, educativamente, a vida em comunidade).

Na fase final de avaliação do projeto, concluímos que esta ferramenta pedagógica, muito além da Educação formal, foi relevante para que os jovens pudessem desenvolver competências pessoais e sociais de Cidadania. A resolução de problemas, a comunicação, o trabalho em equipa, a partilha e aceitação, a independência e o respeito pelo outro/a foram algumas dessas competências que, no meu prisma, são essenciais para a vida em sociedade. Para além do jogo em tabuleiro permitir alcançar todas estas competências, os participantes deste projeto e, assim como eu, no papel de voluntária (a partir da participação em formações de voluntários), tivemos o privilégio de desenvolver uma reflexão crítica e articulada em torno das temáticas exploradas.

O jogo foi, de facto, implementado no contexto escolar, no entanto, os seus resultados permitiram-nos ainda concluir que é uma ferramenta que pode e deve ser aplicada nos mais diversos contextos, com os mais diversos públicos, desde que devidamente readaptada. Importante será salientar que numa fase anterior a este projeto, foram desenvolvidas dinâmicas/sessões/missões idênticas a este jogo, em torno de outras temáticas de relevância, e aplicadas junto de um outro público: a comunidade de etnia cigana num centro de juventude. Esta diversidade de aplicabilidade prática de metodologias de Educação não-formal cujo foco de reflexão se centra em temáticas de interesse individual e coletivo, surgem, cada vez mais, nos mais diversos contextos educativos e com grande pluralidade de beneficiários. Conseguimos compreender, dessa forma, que a Educação para a Cidadania vai muito além de uma cultura, crença ou convicção, de um local ou de uma organização específica, trata-se de cultivar o

respeito e a consideração nas pequenas práticas quotidianas, com efeitos gigantescos para a construção de uma sociedade inclusiva:

> Todos devemos ser tratados com igual respeito e consideração e isto é para se aprender através da Educação, na escola e fora dela, na infância e na vida adulta. Assim, a Educação prepara para o exercício de uma Cidadania verdadeiramente global, porque é integradora do homem todo e de todos os homens (Barbosa, 2006, p. 29).

A Educação, tal como a Cidadania, não começa e não se limita ao contexto escolar, embora tenha encontrado nele espaço para se emancipar. São muitos os outros contextos na qual emerge a Educação para a Cidadania e são também diversas as temáticas, os programas e as modalidades exploradas como forma de envolver os mais diversos públicos em processos críticos de reflexão e ação, promoção social e cívica e (trans)formação social. O Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida (Comissão da Comunidades Europeias, 2000, p. 3) reconheceu e enalteceu, pela primeira vez, a aprendizagem ao longo da vida e atribuiu-lhe, neste prisma educativo, um lugar de relevância. Por meio da aprendizagem ao longo da vida todos os cidadãos, de direitos e deveres, encontrarão as oportunidades educativas para se adaptarem às mutações velozes com as quais nos temos deparado a nível social, cultural, político e tecnológico:

> A aprendizagem ao longo da vida deixou de ser apenas uma componente da Educação e da formação, devendo tornar-se o princípio orientador da oferta e da participação num contínuo de aprendizagem, independentemente do contexto. A década que se avizinha [e que hoje vivemos] deverá assistir à execução prática desta visão. Todos os europeus deverão, sem exceção, beneficiar de oportunidades idênticas para se adaptarem às exigências das mutações sociais e económicas e participarem ativamente na construção do futuro da Europa.

A Cidadania encontrou, assim, um braço direito que lhe permite salvaguardar espaços para que os indivíduos possam, de facto, exercer a democracia de forma autêntica e plena. Acredito, no entanto, que podemos ir ainda mais além e que, tanto a Cidadania como a Educação, podem ser enriquecidas criativamente por uma terceira esfera. Por isso, proponho uma última reflexão: Como pode a Mediação ampliar, de forma criativa, o exercício da Educação e contribuir para que consigamos ascender à Cidadania de que todos falam?

3. Mediação como abordagem criativa capaz de potenciar a Educação e a Cidadania

A discussão em torno da Mediação é recente, no entanto, esta é uma prática que sempre existiu devido à necessidade coletiva de, nos momentos de hostilidade e conflito, haver um indivíduo neutro que, através do diálogo e da empatia, facilitava o entendimento das situações de forma mais clara e objetiva (Torremorell, 2008). Na contemporaneidade, a Mediação foi ganhando mais visibilidade pelo mundo, resultado das transformações societais, as quais reclamam, diariamente, uma (re)organização e transformação social de acordo com as novas visões globais, mais inclusivas, criativas e plurais.

Os anos 90 marcam a época em que a Mediação encontrou espaço em Portugal para se emancipar (Silva, 2018). Inicialmente associada a um método alternativo, cooperativo e participado de resolução de conflitos, a Mediação surge como um processo célere, pouco dispendioso, confidencial, onde os indivíduos participam ativamente e de forma construtiva, no encontro das soluções para os seus próprios conflitos (Silva, 2018). A Mediação é, neste sentido, um método sustentado pelo paradigma ganhar-ganhar, no qual os indivíduos são valorizados e no qual vêm oferecidas oportunidades de auto e inter reflexão, de desenvolvimento individual e coletivo (trans)formativo e construtivo.

Com o início do novo século, a Mediação ampliou-se muito além desta vertente resolutiva e, como afirmam Silva e Munuera (2020, p. 4), tem surgido como uma prática social e educativa capaz de responder com qualidade e criatividade aos desafios da atualidade:

> A Mediação está classicamente associada a um modo extrajudicial, alternativo de resolução de conflitos, que tem vindo a assumir progressivamente outra abrangência, nomeadamente a gestão positiva, pacífica e participativa da conflitualidade com vista a preveni-la, regulá-la e transformá-la. Assume, assim, para além de uma dimensão instrumental, um caráter expressivo declarado na facilitação da comunicação, da participação, da interação e aproximação das pessoas, grupos e instituições.

A Mediação aparece, cada vez mais, como uma proposta para humanizar as relações, prevenir situações conflituosas e contribuir para o bem-estar individual e coletivo. Hoje, mais do que nunca, a Mediação é um dos caminhos que permite alcançar a coesão social, sendo para isso essencial a participação ativa e responsável dos indivíduos em processos de reflexão e questionamento. A Mediação potencia, favorece, estimula e organiza espaços para a compreensão das potencialidades da comunicação, da escuta ativa e da participação social autêntica, fundamentais essenciais para a integração e interação positiva na sociedade (Torremorell, 2008). O envolvimento em práticas de Mediação permite-nos integrar e participar no espaço cívico de forma responsável, interessada, reflexiva, crítica e ponderada: "(...) a Mediação pode também proporcionar uma maior responsabilidade social, a qual é fundamental

para o pleno exercício da Cidadania." (Oliveira & Galego, 2005, p. 24). Os propósitos da Mediação estão, por isso, diretamente associados aos propósitos da Cidadania, sendo a Mediação, na perspetiva de Torremorell (2008, p. 8), um dos caminhos potenciadores para a alcançar com plenitude a coesão social:

> A Mediação, tal como acreditamos que pode e deve ser desenvolvida, pressupõe um pequeno empurrão na direção da desejada coesão social, uma vez que (...) promove a compreensividade; ao aceitar diferentes versões da realidade, defende a pluralidade; e ao fomentar a livre tomada de decisões e compromissos, contribui para a participação democrática.

Nesta perspetiva, a Mediação, para além de ser fundamental na (trans)formação positiva das relações e dos conflitos, acaba por assumir também um papel primacial no reconhecimento e valorização da diversidade e das diferentes identidades que compõem e enriquecem a sociedade do século XXI. A Mediação ao promover e facilitar uma (re)afirmação social, contribui para que os indivíduos assumam uma postura ativa e empenhada face a questões de foro individual, mas também e, fundamentalmente, de interesse público e coletivo, essenciais para a realização efetiva da Cidadania (Bertaso & Prado 2001).

De mãos dadas com os princípios da Educação, a Mediação centra-se na capacitação e empoderamento dos indivíduos. Juntas, caminham em direção à construção de uma sociedade participativa, plena e responsável, e permitem que os indivíduos se comprometam e envolvam constante e regularmente na construção de uma sociedade democrática. A Mediação e a Educação promovem processos de (auto)descoberta e (auto)(re)conhecimento dos indivíduos em relação a si mesmos, às suas relações e ao meio que os envolve, facilitando, por isso, o envolvimento em espaços de aprendizagem e participação cidadã crítica e interessada.

A Mediação abraça, no século XXI, os novos desafios sociais globais e, de forma criativa, organiza espaços educativos e transformativos para que os indivíduos se consciencializem sobre os seus direitos e deveres humanos. Esta reflexão crítica e criativa em torno das necessidades e prioridades sociais individuais, coletivas, locais e mundiais que a Mediação promove, permite a aplicabilidade de uma comunicação horizontal que abre espaço para o (re)fortalecimento de vínculos sociais quebrados; para o aumento da representatividade individual nos mais diversos contextos políticos, culturais, económicos e sociais; e para o acolhimento de novas práticas sociais, valorizadoras e respeitadoras da diversidade, sustentabilidade e solidariedade. A Mediação aparece, assim, fortemente associada aos princípios democráticos e, por isso, carrega, com autenticidade, a efetivação da Cidadania.

Considero ter, a partir deste referencial, a resposta para a última questão: *Como pode a Mediação ampliar, de forma criativa, o exercício da Educação e contribuir para que consigamos*

ascender à Cidadania de que todos falam? A Mediação reforça o exercício da Educação e contribui para o exercício da Cidadania, pois, permite a (re)construção e a promoção da coesão e inclusão social; favorece relações dialógicas horizontais positivas e construtivas; garante a aplicabilidade prática de processos de alteridade, reconhecimento e respeito pelo outro, essencial para a (re)aproximação e (re)fortalecimento de relações interpessoais e sociais; (re)estabelece e promove uma comunicação (trans)formadora; e, pela sua vertente educativa e criativa, favorece e potencializa a sustentabilidade das relações sociais, o respeito e a salvaguarda pelos e dos Direitos Humanos, e apoia, incondicionalmente, o exercício comprometido e interessado da Cidadania para o desenvolvimento social e humano. Tal como Gómez (2016, p. 23), também eu acredito que a Mediação é o que a sociedade necessita para se adaptar e ajustar aos novos desafios sociais:

> La sociedad requiere adaptarse a las nuevas circunstancias que enfrenta en el devenir cotidiano de las relaciones sociales, ante un constante proceso conflictual que surge por propia naturaleza humana, por intereses específicos y por sus procesos de producción, para lograr compatibilizar con esta dinámica social, se requiere de mecanismos que permitan solucionar los conflictos emergentes y faciliten el tránsito de estas relaciones, siendo la mediación la alternativa idónea para lograrlo.

Por ser ainda recente, a Mediação tem um diminuto leque de projetos desenvolvidos na área, no entanto, começam a ser regulares os esforços profissionais centrados na intervenção e investigação em seu torno, em contextos locais e internacionais, os quais enaltecem a importância da sua aplicabilidade como resposta adequada e criativa à nova visão global para o século XXI. Fico com a ambição de, numa próxima comunicação, investigar e disseminar esses projetos tão ricos, relevantes e determinantes para a nossa (con)vivência harmoniosa, plena e autêntica.

Considerações finais

São muitos os futuros possíveis. Mas só um terá lugar.
E isso depende da nossa capacidade de pensar e de agir.
(António Nóvoa)

O exercício da Cidadania é uma das ferramentas prementes para a sociedade do século XXI, uma sociedade que se anseia plural, diversa e inclusiva. Apesar de sermos diariamente confrontados com indícios e evidências de uma modernidade líquida, existem fundamentos que nos permitem olhar para o presente com ânimo e acreditar que os indivíduos valorizam não só a sua qualidade de vida individual, mas também se preocupam com o bem-estar coletivo.

Exige-se, por isso, cada vez mais, a participação ativa de todos os indivíduos na construção de uma sociedade mais igualitária e respeitadora. A Cidadania surge, no novo século, com uma visão mais abrangente e solidária, não só associada a uma forma de identidade, mas como uma valorização da pluralidade e da diversidade. A Educação, nos contextos formais e não formais de aprendizagem, tem tido um papel importante na consolidação e consciencialização desta nova configuração social. Ser cidadão passou a assumir-se como ter um papel principal no exercício e responsabilidade de práticas sociais. Neste sentido, é emergente a aplicabilidade prática da Mediação uma vez que esta, pelas suas caraterísticas educativas e democráticas, valoriza o ser humano ao reconhecer as suas singularidades e permitir que estas lhes sejam garantidas e salvaguardadas. A Mediação contribui para consciencializar sobre a importância do exercício da Cidadania e, para além de manifestar e enaltecer os aspetos positivos do conflito na e pela sociedade, garante o desenvolvimento e (re)estabelecimento de relações sociais e afetivas baseadas na solidariedade, liberdade, democracia, igualdade, tolerância, justiça e dignidade, valores essenciais para a Europa, mas fundamentalmente, para o bem-estar diário, local e global.

Em suma, proponho que coloquemos em cima da mesa todas as possibilidades sociais futuras que nos espera e que, perante as mesmas, tomemos a iniciativa de agir em prol da que nos enche o peito de esperança. Eu movo-me pela Mediação e por acreditar que a partir dela é possível construir um espaço social e educativo consciente, construtivo, inclusivo, criativo, crítico e responsável, verdadeiramente potenciador da cidadania, do desenvolvimento e da transformação social.

Referências bibliográficas

Antunes, A. C. P. (2007). Educação Formal e Não Formal no Contexto da Educação ao Longo da Vida. *Revista Educareducere*, 20, 13-23.

Barbosa, M. (2006). *Educação e Cidadania. Renovação da Pedagogia*. Amarante: Labirinto.

Bertaso, J., & Prado, K. (2001). Aspetos de Mediação Comunitária, Cidadania e Democracia. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, (22), 1, 50-74.

Boavida, J., & Amado, J. (2008). *Ciências da Educação. Epistemologia, Identidade e Perspetivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Comissão das Comunidades Europeias (2000). Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida. Bruxelas. Disponível em https://dne.cnedu.pt/dmdocuments/Memorando%20sobre%20Aprendizagem%20Longo%20da%20Vida%20pt.pdf

Gómez, F. X. G. (2016). Mediación, ciência social emergente. *Revista Internacional de Trabajo socia y Ciencias Sociales*, 12, 9-25.

Gonçalves, S. (2012). Cidadania Global e Educação Superior. In S. Gonçalves & F. Sousa (org.), *Escola e comunidade: Laboratórios de Cidadania global* (15-24). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Letria, J. J., & Letria, A. (2003). *A Cidadania explicada aos jovens... e aos outros*. Lisboa: Terramar.

Lopes, A., & Vicente, M. J. (2014). *Guia para Facilitadores/as sobre Direitos Humanos e Cidadania.* Porto: EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza.

Nóvoa, A. (2009). Educação 2021: para uma história do futuro. *Revista Iberoamericana de Educación*, 1-18.

Oliveira, A., & Galego, C. (2005). *Mediação Sócio-Cultural: um puzzle em construção*. Lisboa: Observatório da Imigração.

Perrenoud, Ph. (2002). *A escola e a aprendizagem da democracia*. Porto: ASA.

Pratas, M. H. G. (201). O currículo e a prática na Educação para a Cidadania Global. In S. Gonçalves & F. Sousa (org.), *Escola e comunidade: Laboratórios de Cidadania global* (pp. 71-81). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Santos, M. E. (2012). Educação em Cidadania / Educação pela Cidadania / Educação para a Cidadania. In S. Gonçalves & F. Sousa (org.), *Escola e comunidade: Laboratórios de Cidadania global* (pp. 41-54). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Silva, A. M. C. (2018). O que é Mediação? Da conceptualização aos desafios sociais e educativos. In M. A. Flores; A. M. C. Silva & S. Fernandes (org.), *Contextos de Mediação e de Desenvolvimento Profissional* (pp. 17-34). Santo Tirso: De Facto Editores.

Silva, A. M. C., & Munuera, P. (2020). A Mediação enquanto ramo do conhecimento e disciplina científica. *Revista da Federação Nacional de Mediação de Conflitos*, 1-11.

Torremorell, M. C. B. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto: Porto Editora.

UNESCO (2017). *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem.* França: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Legislação consultada

Lei n.º 46/86 de 14 de outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo. Disponível em https://dre.pt/pesquisa/-/search/222418/details/normal

Despacho n.º 6173/2016 de 10 de maio. Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/2016_despacho6173.pdf

MEDIATION, EDUCATION AND CITIZENSHIP: AN INDENPENDENT TRIAD

ABSTRACT

Human development demands a daily organization of an Educational space, of authentic social participation and incessant learning. Sharing, respect and mutual understanding are conditions inherent to this space, enabling intrinsic and interdependent (re) knowledge capable of enriching themselves and preparing them for a society that declares itself to be explicitly more complex and globalized. In this sense, it is important to raise the values of Citizenship and sponsor in our lives, in the relationships we build and in the contexts we frequent, critical and creative reflections, with inclusive, constructive and sustainable impacts. Because I believe that this active and imperative Citizenship is driven by Education and strengthened by Mediation, I connect them in an inseparable triad. On the one hand, Education, as a formal and non-formal space for lifelong learning, nurtures the individual's right and duty to participate actively in the common exercise of social practices. On the other hand, Mediation, as a socio-Educational space for involvement and emancipation, supports the construction of positive, motivated and creative dialogues of (re) knowledge, (re) appreciation and (trans) formation of ways of being, being and acting.

In this theoretical reflection, we retain the impact that Mediation, Education and Citizenship, hand in hand, generate in the full and effective exercise of a global creative Citizenship, capable of guaranteeing and safeguarding the quality and dignity of people's lives, their relationships and the contexts they integrate.

Keywords: Citizenship; Education; Mediation